

# Concurso público: uma análise dos editais no processo seletivo de secretários executivos nas instituições federais de ensino

Warley Stefany Nunes\*

## Resumo

---

Os enunciados, orais e escritos, tornam-se produto da interação social, definido por uma situação concreta, bem como por um contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística. Por esse motivo, esta pesquisa interessa-se em investigar o uso do edital, no período de 31 de julho de 2012 a 19 de setembro de 2013, como ferramenta para o processo de seleção de secretários executivos em concursos públicos nas Instituições Federais de Ensino no Brasil. Para examinar este objeto de estudo, aplicaram-se os critérios elaborados por Bakhtin (1997), como: conteúdo, estilo e construção composicional. Finalmente, conclui-se que, como os editais têm por finalidade a “possibilidade de responder”, os profissionais puderam replicar (ou agir) em relação aos conteúdos discriminados no documento por meio da inscrição e da participação nas etapas do concurso público e, conseqüentemente, aqueles que foram aprovados puderam ter a sua nomeação. Assim, percebe-se que esse gênero do discurso exerce uma grande influência para os secretários executivos que pretendem ingressar (ou ingressaram) nas Instituições Federais de Ensino.

*Palavras-chave:* Edital. Concurso Público. Secretariado Executivo.

## Introdução

As relações entre linguagem e sociedade são indissociáveis, porque as diferentes esferas das atividades humanas dialogam entre si e produzem, em cada esfera, formas relativamente estáveis de enunciados. Esses enunciados são resultados da interação social, oriundos de situação material concreta e do contexto que inclui o conjunto das condições de vida da comunidade linguística. Por isso, existe uma diversidade de produções de linguagem, como: a língua falada no âmbito acadêmico, profissional e pessoal. Por esta razão, Bakhtin afirma que:

O querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na escolha de um gênero do discurso. Essa escolha é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros, etc. (1997, p. 301).

Em outros termos, os gêneros são entidades sociodiscursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação de comunicação. Para enten-

---

\* Bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue (Inglês, Francês e Português) pela Universidade Federal de Viçosa (2010). Secretário Executivo na Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. E-mail: warley\_stefany@hotmail.com.

der a evolução do gênero, a noção de gênero do discurso (ou gênero textual) é explorada desde Platão e Aristóteles e, conseqüentemente, têm surgido várias classificações ao longo do tempo, como: a clássica distinção entre poesia e prosa; a distinção entre lírico, épico e dramático, a oposição entre tragédia e comédia; a teoria dos três estilos: elevado, médio e humilde, que remota à Idade Média, além da distinção da Retórica Antiga entre discursos deliberativo, judiciário e epidítico. Em resumo, observa-se que o gênero sempre foi o objeto de estudo dos antigos, resultando, assim, em uma variedade de abordagem, o que é atestado pela metalinguagem usada.

Em se tratando do fator histórico, o surgimento do gênero explicita que, em uma primeira fase, povos de cultura predominantemente oral desenvolveram um conjunto limitado de gêneros. Em seguida à invenção da escrita alfabética (século VII a.C.), aumentaram-se os gêneros, principalmente relacionados aos típicos da escrita. Na terceira fase, a partir do século XV, os gêneros ampliaram-se com o nascimento da cultura impressa para, na fase intermediária de industrialização, iniciada no século XVII, dar ao período grande desenvolvimento. Atualmente, em plena fase intitulada *cultura eletrônica* (telefone, gravador, rádio, televisão, computador pessoal e internet), houve a explosão de novos gêneros e novas formas de comunicação, tanto na oralidade como na escrita (MARCUSCHI, 2002).

Assim, percebe-se que os gêneros surgem, situam-se e integram-se funcionalmente com o avanço da cultura.

Dessa forma, percebe-se que os gêneros discursivos “caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais” (MARCUSCHI, 2002, p. 20). Além disso, os gêneros do discurso são resultantes de outros discursos, pois se necessitasse construir cada um dos enunciados, a troca verbal permaneceria comprometida (BAKHTIN, 1997).

Assim, percebe-se que os locutores apresentam um repertório de gêneros orais e escritos, que são utilizados com segurança e habilidade, visto que eles moldam os enunciados às formas precisas dos gêneros, padronizados e estereotipados, podendo ser mais maleáveis, mais plásticos e mais criativos. Tendo em vista as suas formas, esse artigo investiga o gênero edital para saber da sua influência durante o processo de seleção de profissionais de secretariado executivo nos concursos públicos das Instituições de Ensino Superior: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (Edital n. 275/2013, de 19 de setembro de 2013), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Edital n. 86/2013, de 29 de agosto de 2013), Universidade de Brasília (Edital n. 1, de 15 de julho de 2013) e, por último, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Edital n. 42, de 31 de julho de 2013).

Para examinar esse objeto, trabalhar-se-á o conceito dos gêneros do discurso baseados nos critérios elaborados por Bakhtin (1997): conteúdo, estilo e construção composicional.

## Gêneros do discurso na perspectiva bakhtiniana

Na interatividade dos sujeitos socio-historicamente constituídos, o discurso materializa-se por meio de textos, produzindo sentidos (ou efeitos de sentidos) entre os interlocutores. Em razão da sua unidade complexa de significação, a sua produção (ou compreensão) deve considerar as condições de elaboração (contexto de enunciação, interlocutores, âmbito histórico-social), incitando as competências tanto linguísticas quanto extralinguísticas (conhecimento de mundo, enciclopédico, ideológicos, etc.) para compor em um todo significativo. Por isso, Bakhtin (1997) afirma que os gêneros do discurso efetuam-se nas formas-padrão “relativamente estáveis” de um enunciado, que reflete determinadas condições e finalidades de cada uma das esferas da atividade humana.

Considerando a variedade dessas esferas, percebe-se que a heterogeneidade de gêneros do discurso resulta do diálogo do cotidiano (universo familiar, profissional, etc.), dificultando, então, a definição do seu caráter genérico do enunciado. Assim, nota-se o caráter social dos elementos da linguagem, dado que o enunciado é considerado como o produto de interação social, definido por uma situação concreta, bem como por um contexto ampliado que se caracteriza por um conjunto de condições de vida de uma determinada comunidade linguística. Como consequência, a diversidade das atividades sociais exercidas pelos diversos grupos desencadeia a diversidade das produções de linguagem, por exemplo: a

língua usada no ofício, na correspondência, no edital, etc. Portanto, os gêneros do discurso referem-se às distintas formas de uso da linguagem que se adaptam de acordo com as diferentes esferas da atividade humana. Por essa razão, Bakhtin corrobora que,

[...] se os gêneros do discurso não existissem e se nós não tivéssemos o seu domínio e se fosse preciso criá-los pela primeira vez em cada processo da fala, se nos fosse preciso construir cada um de nossos enunciados, a troca verbal seria quase impossível (1997, p. 302).

Desse modo, constata-se que a comunicação depende dos gêneros do discurso elaborado em cada esfera de atividade social na interação entre interlocutores. Por isso, a intencionalidade do locutor está condicionada à escolha do gênero do discurso (especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática, do conjunto constituído dos sujeitos, etc.). Em seguida à sua seleção, o intuito discursivo do locutor, sem renunciar a sua individualidade e a sua subjetividade, adequa-se e ajusta-se ao gênero escolhido, constituindo-se e desenvolvendo-se na forma de gênero determinado.

Assim, o gênero do discurso é diferenciado, por Bakhtin (1997), em duas unidades: gênero do discurso primário (simples) e gênero do discurso secundário (complexo). No primeiro caso, trata-se das produções “naturais” e espontâneas, ou seja, aquelas do dia a dia. No segundo caso, refere-se às produções “construídas” e institucionalizadas, isto é, o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico. Portanto, os

sujeitos conseguem elucidar e definir a natureza do enunciado a partir de análise complexa e sutil dos seus aspectos essenciais, visto que eles são resultantes da “memória discursiva”. Para ilustrar essa situação, Bakhtin afirma que:

Aprendemos a moldar nossa fala às normas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações (1997, p. 302).

Dessa maneira, percebe-se que os enunciados são resultados de outros enunciados proferidos anteriormente, uma vez que quando o indivíduo fala e escreve ou ouve e lê, ele antecipa e sintomatiza uma visão do texto como um “todo acabado”. Por isso, o locutor, muitas vezes, indica durante a sua fala o gênero do discurso que está gerando ou a que está se referindo (como ilustração: no e-mail enviado, no telefonema anterior, na carta solicitada, etc.). Além disso, os gêneros apresentam marcas linguísticas (mais ou menos) fixas ou estereotipadas, permitindo, assim, a indicação do gênero em que se insere, por exemplo: Senhor Diretor (abertura de carta), Magnífico Reitor, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no Decreto (prefácio do edital de concurso público), etc. Desse modo, as marcas permitem com que os falantes reconheçam e identifiquem os gêneros discursivos já existentes e integram nas suas práticas de produção e recepção novas modalidades discursivas,

baseadas nas dimensões definidas por Bakhtin (1997) a respeito do gênero: conteúdo temático (ou aspecto temático), estilo ou aspecto expressivo e, por último, a construção composicional (ou aspecto formal do texto).

O conteúdo ou aspecto temático corresponde ao tipo de assunto que é veiculado nos gêneros, isso é, o objeto do discurso, os conteúdos gerados em uma esfera discursiva com as suas realidades socioculturais e veiculadas por um determinado gênero. Em relação ao estilo ou aspecto expressivo, considera a seleção lexical, frasal, gramatical e formas de dizer que têm a sua compreensão determinada pelo gênero. Por isso, Bakhtin define que “o estilo linguístico ou funcional nada mais é senão o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera da atividade e da comunicação humana” (1997, p. 283). Já em relação à construção composicional, os gêneros englobam procedimentos, relações, organização, participações que estão relativos à estruturação e ao acabamento do texto, considerando os seus interlocutores, por exemplo: o edital (disposições preliminares, validade do concurso, inscrição, regime de trabalho, etc.).

## **Edital: uso de gênero discursivo para recrutamento de secretários executivos**

O processo de formação de gênero estabelece a relação direta com as ações humanas, visto que essas ações desencadeiam a preservação ou a transformação

do uso dos gêneros em um determinado campo de atividade. Por isso, Marcuschi (2002) diz que os gêneros, como fruto do trabalho coletivo, colaboram para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas. Isso está relativo a entidades sociodiscursivas e a formas de ação social incontornáveis em qualquer contexto comunicativo. Em outras palavras, são eventos textuais extremamente maleáveis, dinâmicos e plásticos, em decorrência das necessidades e atividades socioculturais. Para exemplificar esta situação, pode-se citar: preenchimento de cargos, empregos e funções públicas.

Para a investidura ao posto de trabalho, é necessária a publicação de edital pela imprensa (ou nos lugares públicos) para divulgar ou difundir o seu conteúdo, tanto para os cidadãos mencionados como para os demais interessados. Por isso, existe uma construção composicional desse gênero a fim de garantir os princípios de publicidade e de eficiência do concurso público, tais como: disposições preliminares, validade do concurso, inscrição, disciplina, pré-requisitos, regimes de trabalho, classe e vagas, remuneração, aplicação das provas, resultados do exame, etc. Para corroborar, Marcuschi afirma que:

[...] os gêneros textuais não se caracterizam nem se definam por aspectos formais, sejam eles estruturais ou linguísticos, e sim por aspectos sócio-comunicativos [sic] e funcionais, isso não quer dizer que estejamos desprezando a forma (2002, p. 21).

Nesse caso, o edital é caracterizado pelos seus aspectos sociocomunicativos e funcionais. Considerando as especificidades desse gênero, o candidato somente

poderá assumir o posto se for aprovado no concurso público, ou seja, ele deve atender a todos os requisitos estabelecidos em documento. Para corroborar esta situação, a Emenda Constitucional n. 19, de 1998, relata que:

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Para acrescentar, percebe-se que a natureza e a complexidade do cargo são verificadas na disposição do edital, como também na aplicação da prova ou da prova de título. Em outras palavras, o perfil exigido pelas instituições públicas é especificado no edital por intermédio dos requisitos (graduação em secretariado executivo), cargo ou classe (agente universitário de nível superior), número de vagas, regime de trabalho, vencimento básico e tipo de prova (objetiva e de títulos). Além desses quesitos, o edital de concurso também lista sobre a validade do concurso. Assim, estipula que o seu prazo permanece até dois anos, sendo prorrogável uma vez, por igual período, publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

Por esse motivo, pode-se afirmar que o edital surge da ideia de língua enquanto atividade social, histórica e cognitiva, privilegiando a natureza funcional e interativa e não o aspecto formal e estrutural da língua. Isso designa que a língua não é vista como um espelho da realidade, nem como um instrumento

de representação dos fatos, ou seja, “[...] como ações sócio-discursivas [sic] para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo” (MARCUSCHI, 2002, p. 22). Dessa forma, o edital pode ser identificado e pode prever as intenções do emissor que o produz, como, no caso, o processo seletivo de secretários executivos para assumir cargo, função ou emprego público por meio de concurso público.

## Procedimentos metodológicos e descrição do objeto de estudo

Ao considerar os gêneros do discurso como formas-padrão relativamente estáveis de um enunciado definidas socio-historicamente, esta pesquisa tem por finalidade investigar o uso de edital como ferramenta no processo seletivo de profissionais de secretariado executivo nas Instituições Federais de Ensino.

Portanto, utiliza-se o método qualitativo, que corresponde à descrição do fenômeno, à análise da interação de determinadas variáveis e à busca da compreensão do objeto de investigação. Tendo em vista essa concepção, a pesquisa baseia-se nos *corpora* coletados a partir de editais publicados no período de 31 de julho de 2012 a 19 de setembro de 2013 de IFES brasileiras, que selecionam profissionais de secretariado executivo, tais como: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Para ilustrar esse procedimento técnico, Fonseca afirma que:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (2002, p. 32).

Para viabilizar esta investigação, realiza-se a análise textual discursiva, que busca unitarizar, que critério deve ser usado para reagrupar a teoria com os *corpora* coletados. Segundo Moraes, análise textual discursiva corresponde a:

[...] um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma seqüência [sic] recursiva de três componentes: desconstrução do *corpus*, a unitarização, o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização, e o captar do novo emergente em que nova compreensão é comunicada e validada (2003, p. 102).

Na sua primeira etapa, trata-se de uma leitura cuidadosa e aprofundada dos dados para separar as unidades significativas. Por essa razão, Moraes e Galiazzi relatam que os dados são “recortados, pulverizados, desconstruídos, sempre a partir das capacidades interpretativas do pesquisador” (2006, p. 132). A segunda etapa corresponde ao:

[...] processo de comparação constante entre as unidades definidas no processo inicial de análise, levando ao agrupamento de elementos semelhantes (MORAES, 2003, p. 197).

Em outras palavras, refere-se às categorias bahktianas sobre gêneros do discurso: conteúdo, estilo e construção composicional. A última etapa diz respeito à captação do novo emergente, isso é, a construção de um metatexto utilizando as considerações acerca do confronto entre os dados coletados e a teoria (categorias).

Finalmente, nota-se que esta investigação tem por finalidade, também, proporcionar os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais (gêneros discursivos). Por conseguinte, centra-se na pesquisa bibliográfica (ou nas fontes secundárias) para corroborar o marco teórico pertinente ao objeto de estudo por intermédio de artigos e livros, servindo de subsídio para a análise e a discussão.

## Análise e discussão

O edital representa uma economia cognitiva e comunicativa nos processos de troca verbal por ser um gênero do discurso resultando de distintas formas de uso da linguagem que variam de acordo com as diferentes esferas da atividade humana. Por isso, conforme Bakhtin:

Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos). Na prática, usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência teórica [...]. Na conversa mais desenvolvida, moldamos nossa fala às formas precisas de gêneros, às vezes padronizados e este-

reotipados, às vezes mais maleáveis, mais plásticos e mais criativos (1997, p. 301-302).

Portanto, em cada esfera da atividade social, os falantes usam a língua conforme os gêneros de discurso específicos. Como ilustração, os gêneros do discurso são muito variados em função da diversidade das esferas de atividades do homem, visto que incluem desde a curta réplica do diálogo cotidiano até a exposição de conteúdo para processo seletivo de concurso público. Desse modo, os critérios definidos por Bakhtin (1997) serão utilizados como elemento norteador para estudar o objeto deste estudo.

## Conteúdo

O critério “conteúdo” corresponde ao querer-dizer do locutor que se realiza, acima de tudo, na escolha de um gênero do discurso. Por este motivo, a escolha do gênero está condicionada à intenção e ao objetivo do locutor, ou seja, determinada em função da especificidade de certa esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros, etc. Contextualizando com o edital de concurso público, existe uma especificidade para comunicar e divulgar cargo, função ou emprego público, descrevendo, assim, a vaga, o requisito, o regime de trabalho, a lotação, a remuneração, a inscrição, a prova, etc.

Quadro 1- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Cargo	Nível	Escolaridade/Requisito/Habilitação	Regime de Trabalho	Vaga	Remuneração
Secretário Executivo	E	Curso Superior em Letras (****) ou Secretariado Executivo (***)	40h	1	R\$ 3.138,70

Fonte: (Edital n. 275/2013, 19 de setembro de 2013).

Quadro 2 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Cargo	Nível	Escolaridade/Requisito/Habilitação	Regime de Trabalho	Vaga	Remuneração
Secretário Executivo	E	Curso Superior em Letras ou Secretário Executivo Bilíngue.	40h	1	R\$ 3.138,70

Fonte: (Edital n. 86/2013, de 29 de agosto de 2013).

Quadro 3 - Universidade de Brasília

Cargo	Nível	Escolaridade/Requisito/Habilitação	Regime de Trabalho	Vaga	Remuneração
Secretário Executivo	E	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de superior em Secretariado Executivo, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e registro na forma do art. 6º da Lei n. 7.377/1985, alterada pela Lei n. 9.261/1996.	40h	9	R\$ 3.138,70

Fonte: (Edital n. 1/2013, de 15 de julho de 2013).

Quadro 4 - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Cargo	Nível	Escolaridade/Requisito/Habilitação	Regime de Trabalho	Vaga	Remuneração
Secretário Executivo	E	Curso Superior completo em Secretariado Executivo Bilíngue ou Curso Superior completo, em qualquer área, até setembro/1985 + experiência comprovada na área - Registro Profissional na Delegacia Regional do Trabalho - DRT	40h	2	R\$2.989,33

Fonte: (Edital n. 42/2013, de 31 de julho de 2013).

Em relação aos dados apresentados, percebe-se que os editais discriminam as vagas para secretários executivos (cargo, nível, escolaridade, regime de trabalho, vaga e remuneração), em observação à Lei n. 11.091, de 25 de janeiro de 2005, que regulamenta a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, para elaborar o edital de concurso público. Nesse caso, o documento registra que o cargo de secretariado executivo pode ser ocupado por indivíduos com formação no Curso Superior em Letras ou Secretário Executivo Bilíngue e que o seu salário inicial corresponde a R\$ 3.138,70 (2013). Desta forma, nota-se que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro diverge das demais instituições por apresentar no campo escolaridade a formação em Curso Superior Completo, em qualquer área, até setembro de 1985, mais Registro Profissional na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) conforme sancionado pela Lei n. 7.377, de 30 de setembro de 1985, e complementada pela Lei n. 9.261, de 10 de janeiro de 1996, em que caracteriza o profissional de secretariado executivo como:

a) o profissional diplomado no Brasil por Curso Superior de Secretariado, legalmente reconhecido, ou diplomado no exterior por Curso Superior de Secretariado, cujo diploma seja revalidado na forma da lei; b) portador de qualquer diploma de nível superior que, na data de início da vigência desta lei, houver comprovado, através de declarações de empregadores, o exercício efetivo, durante pelo menos trinta e seis meses, das atribuições mencionadas no art. 4º desta lei (BRASIL, 1996).

Assim, percebe-se que o enunciado do edital apresenta acima de tudo um conteúdo preciso por buscar legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência por meio desse gênero discursivo. Por essa razão, na primeira etapa, a execução do objeto do sentido exige que o locutor defina a escolha do gênero do discurso apropriado à esfera da atividade em jogo, na segunda etapa, delimita a composição e o estilo relativos à necessidade de expressividade do interlocutor ante o objeto enunciado.

## Estilo

Para Bakhtin, o “estilo linguístico ou funcional nada mais é senão o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera da atividade e da comunicação humana” (1997, p. 283). Nesse sentido, o estilo da linguagem no edital corresponde ao padrão culto da linguagem, presente na redação oficial, com impessoalidade, clareza e concisão, formalidade e uniformidade. Para ilustrar tal situação, destacam-se os seguintes fragmentos:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (Edital n. 275/2013, de 19 de setembro de 2013):

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nomeado pela Portaria MEC nº 902, de 09/07/2010, publicada no DOU de 12/07/2010, visando atender aos termos do Decreto nº 7.311/2010, de 22/09/2010, publicado no DOU de 23/09/2010, e da portaria Interministerial nº 25/2013-MEC/MP, de 05/02/2013, publicada no DOU de 6/02/2013, torna pública a abertura das inscrições para o Concurso Público para o provimento de cargos técnico-administrativos no

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, com o objetivo de preencher seu Quadro de Pessoal sob o Regime Jurídico Único, nos termos da Lei Federal nº 8.112/90, de 11/12/1990, com suas alterações posteriores, da Lei Federal nº 11.091, de 12/01/2005, modificada pela Lei Federal nº 11.784/2008, de 22/09/2008, do Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, do Decreto nº 6.593/2008, de 02/10/2008, do Decreto Federal nº 6.944, de 21/08/2009, e da Portaria MEC nº 1.134, de 02/12/2009 [...].

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Edital n. 86/2013, de 29 de agosto de 2013):

O Reitor, em exercício, do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, em conformidade com a Lei nº. 11.892, de 29/12/2008, publicada no D.O.U. de 30/12/2008, seção 1, páginas 1 a 3, nomeada pelo Decreto Presidencial de 11/10/2011, publicado no D.O.U. de 13/10/2011, seção 2, página 3, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, torna público que estarão abertas as inscrições para o Concurso Público de Provas, destinado ao provimento de vagas no âmbito do IFPE, em caráter efetivo, de cargos integrantes dos Grupos de Nível Superior e Nível Intermediário da Carreira de Pessoal Técnico-Administrativo desta Instituição Federal de Ensino, sob o Regime Jurídico instituído pela Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, publicada no D.O.U. de 12 de dezembro de 1990, demais regulamentações pertinentes, e, ainda, as disposições da Lei nº. 11.091, de 12 de janeiro de 2005 - D.O.U. de 13 de janeiro de 2005, o Decreto nº. 6.944, de 21 de agosto de 2009, publicado no D.O.U. de 24 de agosto de 2009, o Decreto nº. 7.311, de 22 de setembro de 2011, publicado no D.O.U. de 23 de setembro de 2011 e as legislações pertinentes e demais regulamentações [...].

Universidade de Brasília (Edital n. 1, de 15 de julho de 2013):

A Fundação Universidade de Brasília (FUB), nos termos do Decreto n. 7.232/2010, que dispõe sobre o Quadro de Referência do Servidor Técnico-Administrativo em Educação, nos termos da Lei n. 8.112/1990, e suas alterações, nos termos da Lei n. 11.091/2005, que trata da estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, e nos termos do Decreto n. 6.944/2009, torna pública a realização de concurso público para provimento de cargos de nível superior, de nível intermediário e de nível fundamental para o seu quadro de pessoal permanente, mediante as condições estabelecidas neste edital.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Edital n. 42, de 31 de julho de 2013):

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura de inscrições para o Concurso Público destinado ao provimento de cargos do Quadro de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação desta Universidade, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), de acordo com o quadro contido no item 1.3., em conformidade com o Decreto nº 7.232, de 19 de julho de 2010 e Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 440, de 17 de outubro de 2011, observando a legislação pertinente, o disposto neste Edital e em suas possíveis retificações e aditamentos.

Em relação às informações mencionadas, nota-se que a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais dos enunciados é concretizada por meio das intenções que presidem o todo do enunciado. Razão pela qual Bakhtin afirma que:

Quando escolhemos uma palavra, durante o processo de elaboração de um enunciado, nem sempre a tiramos do sistema da língua, da neutralidade lexicográfica. Pelo contrário, costumamos tirá-la de outros enunciados e, acima de tudo, de enunciados que são aparentados ao nosso pelo gênero, isto é, pelo tema, composição e estilo: selecionamos as palavras segundo as especificidades de um gênero [...]. No gênero a palavra comporta certa expressão típica. Os gêneros correspondem a circunstâncias e a temas típicos da comunicação verbal e, por conseguinte, a certos pontos de contatos típicos entre as significações da palavra e a realidade concreta (1997, p. 311-312).

Contextualizando com o edital, observa-se que existem sentenças que são fundamentais durante a sua produção com o dizer: “[...] torna pública a abertura de inscrições para o Concurso Público destinado ao provimento de cargos”. Dessa forma, pode haver uma resposta ao enunciado edital, como descreve Bakhtin (1997), o primeiro e mais importante dos critérios de acabamento do enunciado é a possibilidade de responder – mais exatamente, de adotar uma atitude responsiva para com ele (por exemplo, executar uma ordem). É necessário o acabamento para tornar possível uma reação ao enunciado. Não basta que o enunciado seja inteligível no nível da língua. Uma oração totalmente inteligível e acabada, se for uma oração e não um enunciado não poderá suscitar uma reação de resposta: é inteligível, está certo, mas ainda não é um todo. Este todo, indício da totalidade de um enunciado – não se presta a uma definição de ordem gramatical ou pertencente a uma entidade do sentido. A totalidade acabada do enunciado que proporciona a possibilidade de responder

(de compreender de modo responsivo) é determinada por três fatores indissociavelmente ligados no todo orgânico do enunciado – 1) o tratamento exaustivo do objeto do sentido; 2) o intuito, o querer-dizer do locutor; 3) as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento (BAKHTIN, 1997, p. 299).

Assim, nota-se que o estilo de um enunciado deve considerar o interlocutor e a sua possibilidade de percepção/recepção, como, no caso do edital, adotam-se a impessoalidade, a clareza e a objetiva para a efetivação da comunicação entre os falantes.

## Construção composicional

Existe uma estrutura fixa para divulgar e difundir um ato ou um fato nos editais, como: disposições preliminares, cargos, remuneração, jornada de trabalho e lotação, vagas, inscrição, provas, critérios de avaliação e classificação, recursos da prova etc. Entretanto, alguns editais apresentam variação na estrutura. Por isso, conforme Bakhtin,

[...] o intuito discursivo do locutor, sem que esse renuncie à sua individualidade e à sua subjetividade, adapta-se e ajusta-se ao gênero escolhido, compõe-se e desenvolve-se na forma do gênero determinado (1997, p. 302).

Assim, o edital é determinado pelo seu objetivo e fim, a sua estrutura está relacionada ao que se constitui. Desse modo, pode-se encontrar edital com uma grande quantidade e variedade de itens, bem como outro com um número reduzido. Isso depende da definição do concurso público por parte da instituição.

## Considerações finais

Para Bakhtin (1997), a linguagem é concebida como forma de interação social, cujo objetivo central é a comunicação entre interlocutores, por isso, é necessário um princípio geral para reger toda palavra: o diálogo. Em outras palavras, percebe-se que toda palavra é dialógica por sua natureza em remeter ao outro, sob a figura de destinatário. Não obstante, na perspectiva bakhtiniana, o outro pode estar associado ao(s) outro(s) discurso(s). Dessa forma, percebe-se que a comunicação apresenta um caráter social, e o produto dessa interação corresponde ao enunciado, uma situação material concreta e um conjunto de condições de vida de uma determinada comunidade linguística. Tendo em vista esse conceito, o edital de concurso público resulta das vivências sociais do grupo e, conseqüentemente, aparece como uma produção da linguagem para atender a essas esferas da atividade humana.

Por essa razão, essa pesquisa investigou o uso do gênero edital como ferramenta para o processo seletivo de secretário executivo no concurso público das Instituições Federais de Ensino. Para examinar o objeto de estudo, aplicaram-se os critérios elaborados por Bakhtin (conteúdo, estilo e construção composicional) para analisar o gênero de forma minuciosa, detalhando o querer-dizer do locutor. Em relação ao conteúdo, as Instituições Federais de Ensino detalham os cargos por meio do número de vagas, remuneração (ou vencimento básico), local do posto de trabalho, etc. para buscar a objetividade e a clareza

za durante o processo de produção do documento, impedindo, assim, que os candidatos solicitassem a retificação do edital ou entrassem com recurso quanto às provas. Na oportunidade, eles puderam ter ciência das normas e das etapas do seu processo seletivo.

Em relação ao estilo, percebeu-se que os editais têm uma linguagem clara e objetiva, o que facilita o entendimento do público (desde os candidatos com ensino fundamental até os com ensino superior). Já em relação à construção composicional, os editais têm uma estrutura rígida com títulos e subtítulos, especificando, assim, as necessidades e as complexidades das Instituições Federais de Ensino. Em outras palavras, percebeu-se que a composição dos editais está relacionada ao que se propõe, podendo ser mais extensos ou mais reduzidos.

Finalmente, conclui-se que este gênero do discurso tem uma grande influência no ingresso de secretários executivos aprovados em concurso público das Instituições Federais de Ensino, dado que o enunciado caracteriza-se pela “possibilidade de responder – mais exatamente, de adotar uma atitude responsiva para com ele” (BAKHTIN, 1997, p. 299). Assim, os editais apresentam, em sua característica, a divulgação e a difusão de cargos, funções e empregos públicos para os cidadãos e, como resposta, eles inscrevem-se e, em caso de aprovação prévia nas provas ou nas provas de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do posto, na forma prevista em lei, os profissionais de secretariado executivo podem ter a sua nomeação. Dito de outra maneira,

os candidatos podem apresentar determinadas dificuldades durante o processo seletivo por desconhecer a representação organizada e hierarquizada do conteúdo semântico do edital, da sua composição textual e da sua adequação pragmático-discursiva à situação de interlocução.

### Competition notice: an analysis of notices in the selection process of executive secretaries in federal teaching institutions

#### Abstract

The statements, written and oral, become the social interaction's product, defined by specific situation, as well as by broader context that constitutes the living conditions' set of a particular linguistic community. For this reason, this research is interested in investigating the use of the announcement, from July 31st to September 19<sup>th</sup> 2013, as tool for the process of selection of secretarial science in public tenders in Federal Education Institutions in Brazil. To examine this object of study, it was criterions developed by Bakhtin (1997), as: content, style and compositional construction. Finally, it is concluded that, as the announcements are intended "possibility to respond", the professionals might replicate (or act) in relation to the contents itemized on the document through the applying and participation in the steps of the public tender and, consequently, those who have been approved could enter. Thus, it is noted that the speech genres exercises a great influence for the secretarial science who wish to join (or joined) in Federal Education Institutions.

**Keywords:** Announcement. Public Tender. Secretarial Science.

## Referências

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

BRANDÃO, H. H. N. Gêneros do discurso: unidade e diversidade. *Polifônia*, Revista do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem – Mestrado/UFMT. Cuiabá, v. 8, n. 8. 2004.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 19, de 4 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm)>. Acesso em: 14 abr. 2015.

BRASIL. Lei no 7.377, de 30 de setembro de 1985. Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Secretário, e dá outras Providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1 out. 1985. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7377consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7377consol.htm)>. Acesso em: 11 fev. 2014.

BRASIL. Lei n. 9.261, de 10 de janeiro de 1996. Altera a redação dos incisos I e II do art. 2º, o caput do art. 3º, o inciso VI do art. 4º e o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9261.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9261.htm#art1)>. Acesso em: 11 fev. 2014.

BRASIL. Constituição Emenda constitucional, n. 19, 4 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. 1988.

BRASIL. Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Edu-

cação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jan. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2014.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. (Apostila).

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 1-10.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo construído de múltiplas faces. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 12, n. 1, p.117-128, 2006.

\_\_\_\_\_. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211. 2003.

SANTOS, S. M. de C.; NASCIMENTO, E. P. O gênero edital e suas características linguístico-discursivas: para além dos manuais de redação. *Secretariado Executivo em Revist@*, Passo Fundo, v. 7. p. 133-143. 2011.